COMPETÊNCIA, LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL COMO FUNDAMENTOS DA POLÍTICA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DIGITAL

Marcelo Wilson Ferreira Pacheco. Universidade Federal do Pará. mpacheco@ufpa.br
Ney Cristina Monteiro de Oliveira. Universidade Federal do Pará. neycmo@ufpa.br



UFPA CAPES

01 PROBLEMA E OBJETIVO

O problema de pesquisa consiste em **compreender quais concepções de educação, tecnologia, cidadania e formação humana orientam a Política Brasileira de Educação Digital**, considerando suas possibilidades e tensões. O estudo objetiva **analisar criticamente os quatro eixos e as estratégias dessa política, identificando suas contribuições para a inclusão digital, o desenvolvimento de competências e letramento digital e a superação das desigualdades educacionais.**

02 METODOLOGIA OU ABORDAGEM

A pesquisa adota **abordagem qualitativa**, de **natureza exploratória**, fundamentada em **procedimentos bibliográficos e documentais**. Utiliza a **abordagem do Ciclo de Políticas**, com ênfase no contexto da produção do texto. **A análise concentra-se nos quatro eixos estruturantes da Política Brasileira de Educação Digital**, buscando identificar seus **conceitos, princípios, estratégias, possibilidades e tensões**, a partir de uma interpretação crítica da legislação.

03 PRINCIPAIS RESULTADOS OU CONTRIBUTOS

RESULTADOS

- Reconhecimento da Política Brasileira de Educação Digital como marco para a democratização do acesso às tecnologias.
- Identificação da Competência Digital e do Letramento Digital como fundamentos para a inclusão e a participação social.
- Evidenciação das desigualdades digitais, intensificadas durante a pandemia de Covid-19.
- Identificação de tensões entre a formação humana integral e as demandas do mercado de trabalho.
- Reconhecimento de desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente, ao financiamento e à influência de agentes externos.

CONTRIBUTOS

- Ampliação do debate sobre inclusão, competência e letramento digital nas políticas educacionais.
- Fortalecimento de uma concepção crítica, reflexiva e emancipatória da Educação Digital.
- Subsídios para a articulação entre políticas públicas, currículo, formação docente e inclusão digital.
- Reflexões sobre a governança e os desafios de implementação da política.
- Indicação da necessidade de acompanhamento e avaliação dos efeitos da política nas práticas educativas.

04 CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

O estudo conclui que **a Política Brasileira de Educação Digital representa um avanço na democratização do acesso às tecnologias e no enfrentamento das desigualdades digitais.** Entretanto, sua efetivação exige **investimentos em infraestrutura, formação docente e condições pedagógicas adequadas**. Destaca-se a **necessidade de superar uma concepção meramente instrumental da tecnologia, articulando competências digitais, inclusão e formação humana integral.** Ressalta-se, ainda, a importância de acompanhar sua implementação, assegurando uma educação digital crítica, inclusiva e emancipatória.

05 REFERÊNCIAS ESSENCIAIS

Brasil. (2023). Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023).

Macedo, R. M. (2021). Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. Estudos Históricos, 34(73), 262–280.

Neves, I. (2018). Competência digital. In D. Mill (Org.), Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância (pp. 107–109). Papirus.

Pacheco, M. W. F., & de Oliveira, N. C. M. (2025). O amanhã já chegou: Da concepção de tecnologia para Anísio Teixeira à educação digital do século XXI. Aracê, 7(10), e9237.

Pischetola, M. (2016). Inclusão digital e educação: A nova cultura da sala de aula. Vozes.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.